

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

**ANEXO IV**

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**  
(modelo)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Cafelândia, na modalidade CONCORRÊNCIA nº. **02/2015**, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o poder público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF  
Cargo:



TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

ANEXO V

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA**  
(modelo)

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade CONCORRÊNCIA nº. 02/2015, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que, caso seja habilitada, não pretende recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando expressamente a tal direito nesta fase, bem como ao respectivo prazo, e que concorda seja dado prosseguimento à licitação com a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços dos participantes habilitados.

**Declara, mais, que, na hipótese de estar representada na sessão de julgamento dos documentos habilitatórios, reserva-se o direito de retirar do processo este documento, caso entenda que, por qualquer motivo superveniente, deva exercer o direito de recurso.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF  
Cargo:



TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

**ANEXO VI**

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII  
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**  
(modelo)

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade CONCORRÊNCIA nº. 02/2015, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, não possuir em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF  
Cargo:





TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
(modelo)

Referente ao CONCORRÊNCIA nº. **02/2015**- Câmara Municipal de Cafelândia.

..... inscrita no CNPJ nº. ...., por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) .....,portador(a) da carteira de identidade nº..... e do CPF nº. ....,DECLARA, para fins legais ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

.....de.....de 2015.

-----  
Nome:  
RG/CPF  
Cargo:



TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO contendo informações para fins de assinatura do contrato.**

Referente ao CONCORRÊNCIA nº. **02/2015**- Câmara Municipal de Cafelândia.

Razão Social da proponente: \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CNPJ nº. \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_

Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº. \_\_\_\_\_

Nº. do telefone e nº. de fax da empresa \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Nome do representante legal **autorizado para assinatura do contrato:**

Função do representante legal, \_\_\_\_\_

Endereço do representante legal, \_\_\_\_\_

RG nº. \_\_\_\_\_ Órgão Emissor \_\_\_\_\_ CPF. Nº. \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2015.

Nome:

RG/CPF

Cargo:



TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA nº. **02/2015**, instaurado por esta Câmara, que assumimos a inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sob pena da Lei.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

.....de.....de 2015.

Nome:  
RG/CPF  
Cargo:





## **ANEXO X- MINUTA DE CONTRATO**

**ATENÇÃO – Este Anexo (Minuta de Contrato) é para simples conhecimento dos licitantes, não sendo necessário o seu preenchimento.**

### **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA n.º 02/2015.**

#### **CONTRATO N.ºXXX/2015**

**Objeto: xxxxx**

A Câmara Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Padre Luis Luise, 197 – centro, inscrita no CNPJ sob n.º 01.507.331/0001-85, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Presidente da Câmara, Sra. **TEREZINHA HELLMANN**, em pleno exercício de seu mandato e funções, devidamente inscrito no CPF sob n.º 197.461.309-78, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, localizada no município de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, sito a \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG n.º \_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA n.º 02/2015** e na proposta da CONTRATADA datada de 26/10/2015.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Faz objeto da presente licitação a prestação de serviços de execução da Sede da Câmara Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, obra de 836,35 m<sup>2</sup>, conforme projetos, memoriais e planilhas do Edital de Concorrência n.º 02/2015.

Parágrafo Primeiro: Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de CONCORRÊNCIA n.º 02/2015, juntamente com seus anexos, projetos, planilhas, cronograma e a proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: A preparação do terreno para a realização da obra e o respectivo custo será de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Terceiro: **É obrigação da contratada:**

- a) prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;



- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- f) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do contrato, devidamente recolhida e quitada;
- g) assegurar durante a execução da obra ou serviços, proteção e conservação dos serviços executados;
- h) executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade;
- i) permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local da obra a qualquer dia ou hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, desde que pertençam seus fiscalizadores a Prefeitura Municipal de Cascavel ou a terceiros por ela credenciados ou designados;
- j) manter em todos os locais de serviços um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- k) comunicar à fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra em partes ou no todo;
- l) constitui obrigação da contratada, quando do término da obra, a apresentação do C.C.O (Certidão de Conclusão de Obras/Serviços);
- m) será por conta da Contratada o seguro de responsabilidade civil geral no valor condizente com as condições, potenciais de riscos e peculiaridades dos serviços a serem executados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL**

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ ----- (-----).

**Parágrafo Único** – Poderá este contrato ser aditado se assim julgar necessário a Contratante, em casos de acréscimos/supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo a Lei Federal nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal, de acordo com o cronograma físico – financeiro e após medição previamente realizada pelo fiscal da obra.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 15 (quinze) dias úteis após apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes.

**Parágrafo Segundo:** O faturamento deverá ser efetuado em nome da Câmara Municipal de Cafelândia – CNPJ nº 01.507.331/0001-85 e ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente à retenção do INSS, ISS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;



**Parágrafo Terceiro:** Se os serviços previstos numa parcela mensal do cronograma físico-financeiro não foram executados, qualquer serviço da parcela mensal seguinte não será pago.

**Parágrafo Quarto:** No caso em que o valor dos serviços executados for superior ao da parcela mensal estabelecida no cronograma físico-financeiro, estes poderão ser faturados desde que todos os serviços das parcelas mensais anteriores estejam concluídos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O pagamento decorrente da prestação de serviços do objeto do presente Contrato será efetuado por conta dos recursos orçamentários:

**Classificação Funcional Programática:** 0100101031000110014490510000

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**

**Parágrafo Primeiro:** O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação é fixo e não será reajustado até o final do período de 12 (doze) meses da apresentação das propostas, salvo condições previstas na Lei Federal 8.666/93 e no seguinte.

**Parágrafo Segundo:** Na hipótese de sobrevirem fatos retardadores da execução da obra, que façam prolongar o prazo além dos 08 (oito) meses, desde que comprovadamente não haja culpa da empresa contratada e desde que pactuados formalmente pelas partes, fica estipulado o índice de reajuste abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.

a) Os preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, em conformidade com a Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base pelo Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, com incidência a partir do requerimento da CONTRATADA, de acordo com a fórmula abaixo:

$PR = P0 \times (INCC-DI_i / INCC-DI_0)$

Sendo:

PR = Preço reajustado

P0 = Preço inicial do contrato

INCC-DI = Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV

INCC-DI<sub>i</sub> / INCC-DI<sub>0</sub> = variação do INCC-DI, ocorrida entre o mês da data de apresentação da proposta e o mês de aplicação de reajuste.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do



Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

a) Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.

**Parágrafo Quarto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo Quinto:** Na hipótese de solicitação de revisão de preço(s), deverá a Contratada demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo Sexto:** O contrato administrativo firmado só poderá ser alterado com as devidas justificativas.

**Parágrafo Sétimo:** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do Contrato será efetuada pela Câmara Municipal através de servidor nomeado para tanto e por Engenheiro Fiscal designado oportunamente, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Parágrafo Primeiro:** *A Fiscalização terá poderes para:*

- a) Aprovar e/ou desaprovar as medições dos serviços executados;
- b) Aprovar e/ou desaprovar o dimensionamento das diversas equipes de trabalho;
- c) Aprovar e/ou desaprovar os equipamentos e materiais utilizados para execução da obra, colocados no canteiro de serviços, quanto às medidas de segurança necessárias;
- d) Exigir o cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, especialmente quanto à utilização correta dos equipamentos de proteção individual (EPI).
- e) Alterar parte do projeto executivo e/ou especificações técnicas, sempre que esta medida apresentar-se como comprovadamente necessária à execução da obra;



**Parágrafo Segundo:** A existência e a atuação da Fiscalização pela Câmara de Cafelândia, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto licitado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITO E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Parágrafo Primeiro:** Da CONTRATANTE:

- a) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao presente objeto.
- b) Acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços.
- c) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado.

**Parágrafo Segundo:** Da CONTRATADA:

- a) Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho.
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- g) Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS**

O prazo para execução do objeto da presente licitação será de no máximo **08 (oito)** meses corridos contados após a emissão/assinatura da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro:** O presente contrato tem prazo de vigência valido por 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura.

**Parágrafo Segundo:** O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 15 (quinze) dias após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

**Parágrafo Terceiro:** O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, pelo CONTRATANTE.



**Parágrafo Quarto:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

**Parágrafo Único:** A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste Contrato, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos, especificações técnicas e/ou memoriais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78, e seguintes da Lei nº. 8.666/93, ou pelo não cumprimento do **CONCORRÊNCIA nº. 02/2015**.

**Parágrafo Único:** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, será aplicada à contratada multa moratória equivalente a 2% sobre o valor da etapa em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo.

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8.666/93, suas alterações e legislação correlata e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

O que se tornar controverso em razão das Cláusulas do presente instrumento contratual, será resolvido administrativamente entre as partes à luz da Lei 8.666/93, suas alterações, legislação pertinente e princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Elegem igualmente as partes, de comum acordo, o Foro da Comarca de Nova Aurora, Estado do Paraná, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios e/ou ações decorrentes deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais abaixo, para que o mesmo produza seus efeitos de direito desejados.

Cafelândia, XX de XXXXXXXXXXXX 2015.

**TEREZINHA HELLMANN**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CONTRATANTE**

**EMPRESA**  
RESPONSÁVEL LEGAL  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1 \_\_\_\_\_  
CPF

2 \_\_\_\_\_  
CPF:





## ANEXO XI

### ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins, que em cumprimento da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA N.º 02/2015**, o Engenheiro \_\_\_\_\_, CREA n.º \_\_\_\_\_ da proponente \_\_\_\_\_, visitou e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

Declaramos que a Empresa proponente recebeu todos os documentos e pôde ter livre acesso aos locais, não podendo manifestar desconhecimento de quaisquer condições necessárias para a elaboração de sua proposta.

Cafelândia, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

REPRESENTANTE DA CÂMARA

\_\_\_\_\_  
Empresa  
Representante legal da empresa





Assinado Digitalmente por:  
CAFELÂNDIA CAMARA MUNICIPAL:01507331000185  
PUBLICACAO DO ORGAO OFICIAL  
Local: CAFELÂNDIA - Paraná  
Assinado em 04/11/2015 17:51:48

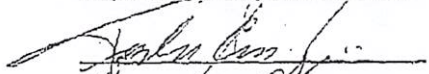
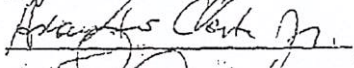

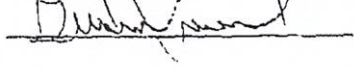
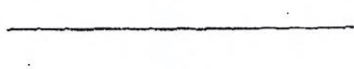


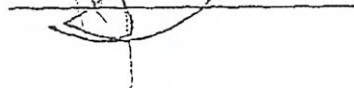
Ata de Abertura dos Envelopes contendo Documentação da Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 02/2015** Processo Administrativo nº 11/2015 Tipo: Menor Preço tendo como **objeto**: a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução da Sede da Câmara Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, obra de 836,35 m2, conforme projetos, memoriais e planilhas.

Aos 26 dias do mês de outubro de 2015, às 09:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Cafelândia/PR, presentes os membros da Comissão Especial de Licitação: Rivelino Skura, Ver. Ivan Bortoluzzo, Ver. Adilson Alves Garcia, Pamela Fabiola Gordiano Feltrin, Fabio Cezar Rozzini, Aduino Costa Junior, Sendo o primeiro na função de presidente e o ultimo na função de secretário, foi instalada a sessão de abertura dos envelopes contendo documentação, em epígrafe, autorizada pelo Presidente da Câmara Terezinha Helmann, no processo administrativo nº 011/2015. A Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas proponentes: CONENGE - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA; LOWE METAL SERVIÇOS METALURGICOS LTDA - ME; ESQUADRIA DE FERRO IVALUZA LTDA - EPP; ARQUI CONSTRUTORA LTDA - ME; CONSTRUTORA LAGUILO LTDA EPP; PRISMA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME; BC BATISTI E COLPO LTDA; CONSTRUTORA IRMÃOS RAMBO LTDA. Representantes devidamente credenciados dos representantes das proponentes presentes. Após, deu-se a abertura dos envelopes "A" contendo a documentação de cada proponente, a qual se verificou os seguintes apontamentos a seguir descritos: Pela empresa **CONENGE** - houve impugnação em relação a garantia da empresa JW ser em cheque; A certidão do FGTS vencido da empresa PRISMA, valor do contrato social e acervo técnico e atestados; Empresas BC e ARQ, relativo ao acervo técnico e atestados. **ARQ** - houve impugnação em relação às horas de trabalho do engenheiro responsável pela empresa CONENGE; e a regularidade da arquiteta FLAVIA junto ao CREA; **RAMBO** - Foi impugnada a empresa JW quanto Não apresentar CRC, contrato social ou alteração, Contrato registro CREA pessoa física, acervo e atestado; em relação a empresa IVALUZA falta

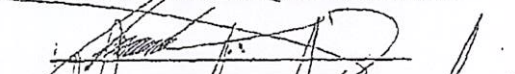
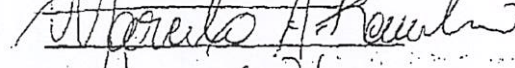
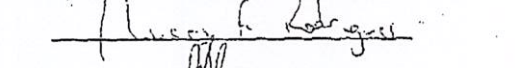

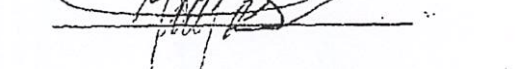
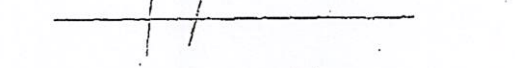
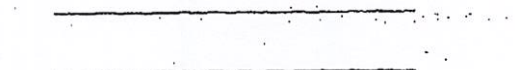


de CRC, e balanço por copia simples; em relação a BC ausência de CRC e acervo e atestado; e a empresa ARQ ausência de CRC e acervo e atestado; CONENGE ausência de CRC; em relação a empresa PRISMA, FGTS vencido e acervo e atestado; empresa **PRISMA** - Reiterou as mesma impugnações da demais empresas; **JW** sem objeções. **Pela comissão foi definido o prazo de 10 (dez) dias para decisão sobre as impugnações apresentadas e demais verificações da própria comissão, sendo disponibilizado a partir do dia 05/11/2015, sendo o prazo inicial do prazo de recurso, para posterior abetura das propostas das empresas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.**

MEMBROS DA COMISSÃO

ASSINATURA DOS PROPONENTES

Assinado Digitalmente por:  
CAFELÂNDIA CAMARA MUNICIPAL:01507331000185  
PUBLICACAO DO ORGAO OFICIAL  
Local: CAFELÂNDIA - Paraná  
Assinado em 04/11/2015 17:54:19

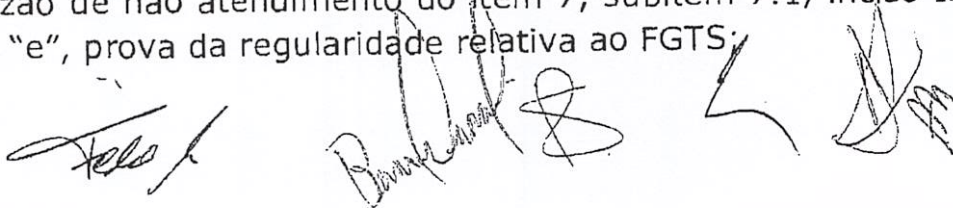
## Ata 02/2015

A presente ata, é continuação do procedimento iniciado na ata 01/2015 de 26 de outubro de 2015, que suspendeu a abertura e decisão da comissão de licitação, para análise da documentação apresentada e julgamento das impugnações, dos Envelopes contendo Documentação da Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 02/2015, Processo Administrativo nº 11/2015, tipo menor Preço tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Execução da Sede da Câmara Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, obra de 836,35 m2, conforme projetos, memoriais e planilhas anexos.

Aos 04 dias do mês de novembro de 2015, às 09:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Cafelândia/PR, presentes os membros da Comissão Especial de Licitação: Rivelino Skura, Vereador Ivan Bortoluzzi, Vereador Adilson Alves Garcia, Pamela Fabiola Gordiano Feltrin, Fabio Cezar Rozzini, Aduino Costa Junior, Sendo o primeiro na função de presidente e o último na função de secretário, foi instalada novamente a "sessão de abertura dos envelopes", para fins de análise final da documentação em epígrafe, autorizada pelo Presidente da Câmara Terezinha Helmann, no processo administrativo nº 011/2015.

Iniciada a análise dos documentos, foram consideradas **inabilitadas** as seguintes empresas pelos motivos descritos:

- 1) CONENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA:** inabilitada em razão de não atendimento do item 5, Subitem 5.1, alínea "a", falta de apresentação de CRC - Certificado de Registro Cadastral;
- 2) ARQUI CONSTRUTORA LTDA ME** - inabilitada em razão de não atendimento do item 5, Subitem 5.1, alínea "a", falta de apresentação de CRC - Certificado de Registro Cadastral;
- 3) PRISMA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME - a)** inabilitada em razão de não atendimento do item 7, subitem 7.1, inciso II, alínea "e", prova da regularidade relativa ao FGTS;





**b)** Em relação ao não atendimento do item 7, subitem 7.1, inciso III, alínea "c", comprovação de capital social inferior a 10%, apontado pela empresa CONENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CONSTRUTORA IRMÃOS RAMBO LTDA e PRISMA CONSTRUTORA DE OBRAS ME, a comissão decidiu por habilitá-la, uma vez que as demonstrações contábeis do último exercício social demonstram um valor de patrimônio líquido superior a 10%;

**4) BC BATISTI E COPO LTDA - a)** inabilitada em razão de não atendimento do item 7, subitem 7.1, inciso IV, alínea "f" e "g", conforme parecer técnico de engenharia em anexo. **b)** Em relação ao apontamento da empresa CONSTRUTORA IRMÃOS RAMBO LTDA e PRISMA CONSTRUTORA DE OBRAS ME, em razão de não atendimento do item 5, Subitem 5.1, alínea "a", falta de apresentação de CRC - Certificado de Registro Cadastral, a comissão decide pela regularidade, vez que a empresa apresentou toda a documentação exigida na data de 22/10/2015, ou seja, três dias antes, atendendo o item do edital;

**5) JW JUNIOR - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME - a)** inabilitada em razão de não atendimento do item 2, Subitem 2.3, apresentação de *garantia* em desconformidade com o edital; **b)** inabilitada em razão de não atendimento do item 5, Subitem 5.1, alínea "a", falta de apresentação de CRC - Certificado de Registro Cadastral; **c)** inabilitada em razão de não atendimento do item 7, subitem 7.1, inciso IV, alínea "f" e "g", conforme parecer técnico de engenharia em anexo; **d)** inabilitada em razão de não atendimento do item 7, subitem 7.1, inciso IV, alínea "a" e "f", conforme parecer técnico de engenharia em anexo; **e)** em relação aos apontamentos da empresa CONSTRUTORA IRMÃOS RAMBO LTDA e PRISMA CONSTRUTORA DE OBRAS ME, o "Requerimento de Empresário" juntado pela empresa, substitui o contrato social nos termos da lei, restando atendido o item 7, Subitem 7.1, alínea "a";

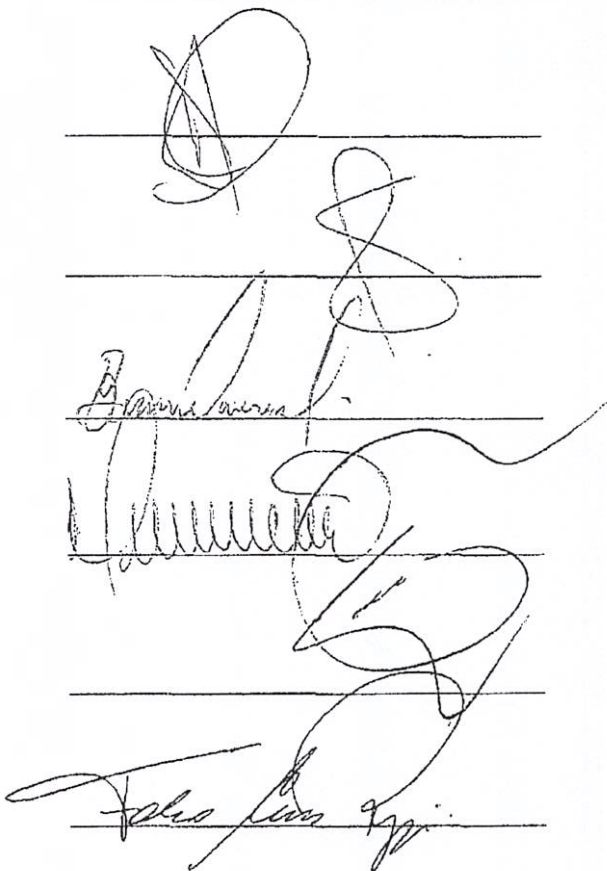
Ato continuo foram consideradas habilitadas as empresas:



- 1) LOWE METAL SERVIÇOS METALÚRGICOS LTDA – ME;
- 2) ESQUADRIAS DE FERRO IVALUZA LTDA – ME;
- 3) CONSTRUTORA LAGUILO LTDA EPP;
- 4) CONSTRUTORA IRMÃOS RAMBO LTDA EPP;

A seguir pelo presidente e membros da comissão, fora decidido em aprovar os apontamentos da presente ata, bem como disponibilizar cópia da mesma aos participantes, sendo considerado a data de hoje o prazo inicial para eventuais recursos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação.

#### MEMBROS DA COMISSÃO







## BC CONSTRUTORA LTDA.

Fone/Fax: (45) 3096-8040 – www.bcconstrutora.com.br  
R. Tuiuti, 8040, Jardim Claudete – Cascavel-PR

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ.**

**Ref.:** Concorrência Pública nº 02/2015.

*“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** (...)”*  
(Artigo 3º da Lei 8.666/93).

**B C CONSTRUTORA LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.478.001/0001-62, com sede na Rua Tuiuti, nº 848, Jardim Claudete, Cep 85.811-040, Tel/Fax (45) 3096-8040, Município de Cascavel, Estado do Paraná, por seu representante legal que esta subscreve, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “b”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão proferida por esta Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou do processo de licitação na modalidade Concorrência Pública nº 02/2015, conforme os fatos e fundamentos de direito que passa a expor: